

CONCEPÇÃO DE ESTADO E DE EDUCAÇÃO EM ANTONIO GRAMSCI

João Paulo Danieli ¹

RESUMO

O estudo tem por base uma pesquisa bibliográfica, onde teve como objeto de investigação a educação do campo e os movimentos sociais da região Sudoeste do Paraná. Desse estudo, também analisamos as concepções históricas do que é o Estado, de pensadores como Hegel, Marx e Gramsci. Esse último, tendo um aprofundamento mais minucioso sobre o Estado e Educação. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é entender a partir das concepções gramsciana o que é o Estado, bem como o desenvolvimento do conceito de Estado *Ampliado*, junção entre Sociedade Política e a Sociedade Civil. Além de introduzir novos conceitos que serão importantes para compreender como funciona o Estado, como: bloco histórico, hegemonia, contra hegemonia e intelectuais orgânicos. Também sua contribuição para a Educação, propondo uma Escola Unitária, desenvolvendo a educação relacionada ao trabalho. Para Gramsci é preciso entender as relações do trabalho para compreender a educação. Propôs o trabalho como um princípio educativo. Para a realização desse trabalho seguimos alguns passos metodológicos, como: levantamento bibliográfico e desenvolvimento teórico.

Palavras-chave: Antonio Gramsci, Estado Ampliado, Educação e Trabalho, Escola Unitária.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como base, a partir de pesquisa bibliográfica, onde teve como objeto de investigação a construção da educação do campo no Sudoeste do Paraná, com a participação dos Movimentos Sociais (DANIELI, 2014). Para compreender essa construção histórica da educação do campo, na região investigada, nos propusemos entender as relações entre Estado e Educação. Traçando como caminho, entender as concepções de Estado, a partir dos clássicos como: Hegel, Marx e Gramsci. Aqui, vamos apresentar especificamente a Concepção de Estado de Antonio Gramsci².

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Paraná. Professor Colaborador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão. e-mail: joaopaulobjb@gmail.com.

² Antonio Gramsci nasceu em Alghero, na Sardenha, Itália em 22 de janeiro de 1891, e faleceu no dia 27 de abril de 1937, com 46 anos de idade. Em 1914, com 23 anos, dedicou-se, sobretudo à educação de jovens operários. Gramsci transformou-se num jornalista notável, um escritor articulado da teoria política, escrevendo para o jornal “L’Avanti”, órgão oficial do Partido Socialista e para outros jornais socialistas na Itália. Escrevia sobre teatro, crônica, política local, regional, e, a luta social como forma de crescimento da consciência operária (COUTINHO, 1981). Em 1924, com 33 anos de idade Gramsci conseguiu ser eleito ao Parlamento (Deputado). No dia nove de novembro de 1926, participou do debate no parlamento sobre as leis repressivas que instituíram a ditadura Fascista sobre a Itália. Nesta mesma data, Gramsci foi preso pelo regime Fascista às 22h30min em sua residência em Roma, por estar organizando um grupo contra o Fascismo. Na prisão de Regina Coeli, foi sentenciado há 20 anos, 4 meses e 5 dias de prisão, por conspiração e incitamento ao ódio de classe e à guerra civil, à insurreição e à modificação violenta da constituição e, da forma de governo. Na prisão escreveu as *Cartas* e os *Cadernos do Cárcere* escritas somente em 1929 três anos depois de sua prisão. Ano que Gramsci obteve licença para manter consigo caderno e material para escrita.

Gramsci é um pensador Italiano, do final do século XIX e do início do século XX, com uma contribuição enorme e rica sobre vários temas, entre elas: política, educação, cultura, moral, etc. Esses escritos o colocam como um dos principais escritores das ciências políticas e das humanas. Inovou em alguns conceitos, como: hegemonia, contra hegemonia, Estado Ampliado, Intelectuais Orgânicos, Educação e Trabalho, Escola Unitária, entre outros.

Deixou muito claro sua posição política, opondo-se à elite italiana, defendendo as classes operárias e de trabalhadores. Sua proposta, é que essas classes construíssem um modo de viver e pensar opondo-se ao modo burguês de concepção de mundo. E esta ascendência levaria a criação dos próprios intelectuais orgânicos da classe trabalhadora/operária.

Por ter esse posicionamento e ser eleito deputado, debateu no parlamento com muitos políticos que defendiam políticas repressoras e autoritárias, entre eles Benito Mussolini, ditador do Fascismo na Itália. Por ter esse posicionamento e criticar as leis repressivas da ditadura Facista, foi preso e condenado a prisão.

Sobre a educação, Gramsci deixou grande contribuição e dois pontos são importantes destacar, que serão apresentados. Primeiro, apontou e fundamentou que a educação é elitista e dualista. Segundo, que a educação está associada ao trabalho. Para ele é nas relações de trabalho que vamos entender a educação. Propondo o trabalho como princípio educativo a partir de uma proposta de uma escola, a Unitária.

A estrutura desse trabalho foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, a concepção de Gramsci sobre Estado, ou seja, o Estado *Ampliado* (Sociedade política + Sociedade Civil) e os conceitos que a compõem. E no segundo momento, a contribuição de Gramsci para Educação. Como ele apresenta, a educação (por ser dualista e elitista), a discussão entre educação e trabalho, e por fim, sua proposta da Escola Unitária.

2. METODOLOGIA

Para a elaboração desse trabalho, a metodologia de pesquisa sobre o objeto de estudo, foi realizado a partir de *levantamento bibliográfico*. Num primeiro momento com as obras do autor, posteriormente livros que analisam e comentam a temática. Isso contribui para construirmos a fundamentação teórica e para ser coerente com o que o autor escreveu.

Para tal levantamento bibliográfico em que se estrutura o presente trabalho, apresento uma das principais obras escrita por Gramsci, *Os Cadernos do Cárcere*. Nos comentadores autores renomeados (principalmente autores italianos) sobre a própria temática, como:

Giovani Semeraro, Paolo Nosella, Luciano Gruppi, Hugues Portelli, Carlos N. Coutinho, entre outros.

3. CONCEPÇÃO DE ESTADO AMPLIADO (*Sociedade Política + Sociedade Civil*)

Os estudos de Gramsci residiram na definição do caráter do Estado ocidental capitalista contemporâneo. Ele se “debruça sobre o capitalismo na sua fase monopolista, do século XX, e num país da periferia europeia (a Itália), a partir de uma significativa *socialização da política*, constituindo sua preocupação central” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 43). Como Mendonça (2012, p. 350) afirma, “o Estado em Gramsci não é sujeito e nem objeto, mas sim uma relação social, ou melhor, a condensação das relações presentes numa dada sociedade”.

Segundo Coutinho (1981, p. 89-90), Gramsci viveu e estudou numa época e num âmbito geográfico, onde se generalizou a complexidade do fenômeno estatal. Também presenciou os processos da participação política nos países ocidentais (formação de sindicatos, de partidos de massas, conquista do sufrágio, etc.), surgindo uma nova fase social, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto da esfera econômica quanto dos aparelhos repressivos do Estado.

Gramsci preocupou-se em analisar as mudanças qualitativas que se processam no conteúdo e na forma do trabalho, na organização da produção e nas relações de poder que engendram essa nova cultura: a cultura urbano-industrial, redefinindo as estratégias das lutas da classe trabalhadora com vistas à transformação das relações sociais capitalistas. (NEVES e SANT’ANA, 2005, p. 19).

Por isso, uma das primeiras tarefas empregadas por Gramsci, foi constituir o “primeiro elemento”, a “célula da política”, que ele identificou, na existência de “governantes e governados”, de “dirigentes e dirigidos”. A partir desta afirmação, Gramsci, revelou a gênese histórica da distinção entre classes sociais antagônicas. (COUTINHO, 1981, p. 63).

Assim como Marx parte da mercadoria e de suas determinações para elaborar as categorias mais complexas e ricas de sua crítica da economia política, entre as quais a do capital como relação social, também Gramsci parte do seu “primeiro elemento” (a distinção governantes-governados) para explicitar as mais importantes determinações de sua teoria crítica da política. (COUTINHO, 1981, p. 63).

Gramsci concebe o conceito de política quando há divisão da sociedade em classes, ou como afirmou Coutinho, governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Não nega o método da economia política proposto por Marx. Compreende a política acima da economia, ele vê o método como processo de descobertas de novas determinações da evolução histórica. Uma destas determinações é o conceito de Política, que a fundamenta como “liberdade e com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos”. (COUTINHO, 1981, p. 71).

Gramsci constrói este pensamento político, para conceber o Estado em um sentido mais amplo. Para ele o Estado é *Ampliado*, ou seja, é a conjunção de uma *sociedade política* (função de coerção) e a *sociedade civil* (com a função de consenso), as duas esferas formam a superestrutura. Amplia o conceito de Marx sobre a sociedade civil, e a concebe como o momento da superestrutura e não como o momento da estrutura³. Como Gramsci (2002c, p. 244), afirma nos *Cadernos do Cárcere*:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da conjunção entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos á noção de Sociedade Civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.

Em outra citação do *Caderno*, Gramsci (2000b, p. 20-21) sintetiza a definição e a função do Estado Ampliado, apontando que:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados” e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.

O Estado abordado por Gramsci é constituído de uma sociedade política (ou de uma classe dominante, como afirma Coutinho (1981), de dirigentes), que usa da força estatal para

³ Segundo MONTAÑO e DURIGUETTO 2011, p. 44), esta alteração feita por Gramsci não implica na negação da centralidade descoberta por Marx da base material como fator ontológico primário da sociedade. “O que determina a especificidade e a novidade do conceito de sociedade civil em Gramsci é a sua contribuição para o enriquecimento teórico-analítico do modo como a esfera econômica determina a produção e a reprodução da superestrutura no contexto histórico em que se operou uma maior complexificação do Estado [...] o conceito de sociedade civil é precisamente o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”.

legitimação do poder, sobre a sociedade civil (os dirigidos). “O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e mantém seu domínio e ainda consegue obter o consenso ativo dos governados”. (GRAMSCI, 2005, p. 91).

Gramsci concebe o Estado Ampliado, por identificar o Estado Moderno (teorias liberais), separado da Sociedade Civil e esta controlada e regulada por normas econômicas; que também concebem o Estado como uma estrutura jurídico-coercitiva. Para Semeraro (1997), esta separação entre Sociedade Civil e Estado nos liberais, acabava-se em transformar em condição propícia de formação de ideologias totalitárias prontas a intervir nos momentos de crise ou de desorientação geral. Dessa maneira, a teoria *Ampliada do Estado* em Gramsci, é a superação da teoria clássica de Estado.

Para evitar os perigos do “economicismo” e do “estatismo”, Gramsci defende uma relação dialética de “identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política”, duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática. De fato, a primeira, composta de organismos privados e voluntários, indica a “direção”, enquanto a segunda, estruturada sobre aparelhos públicos, se caracteriza mais pelo exercício do “domínio”. (SEMERARO, 1997).

A priori, Gramsci concebe a Sociedade civil como um conjunto de “agentes sociais”, associados nos chamados aparelhos privados e voluntários, como afirma Semeraro (1997). Ele percebe a grande movimentação destes agentes sociais nas organizações, que segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 43), são tanto dos trabalhadores, quanto do capital, que se manifestam neste espaço (sociedade civil) numa intensa busca de interesses dos diferentes grupos sociais. A sociedade civil em Gramsci é,

[...] formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e /ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massas), etc. (COUTINHO, 1981, p. 91).

Gramsci percebe a sociedade civil como campo conflituoso de interesses e espaço público não estatal onde se organizam iniciativas das pessoas, com sua cultura, com seus valores ético-políticos e suas dinâmicas associativas, chegando a formar as várias identidades coletivas. É lugar, portanto, de grande importância política onde as massas populares, ou seja, as classes subalternas são chamadas a desenvolver as suas convicções e a lutar para um novo

projeto hegemônico que poderá levar à gestão democrática e popular ao poder⁴. (SEMERARO, 1997).

Uma das preocupações de Gramsci era distinguir Sociedade Civil entendida por Hegel. O pensador Idealista concebia que a Sociedade Política/Estado deveria ser a conservação/superação da sociedade civil. Já Gramsci (2002c, p. 225), concluía que a sociedade civil é “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado⁵”. Esta capacidade de domínio e coerção aconteceria a partir da sociedade política, do Estado como consentimento.

O Conceito de sociedade política (ou como Gramsci, chama de Estado em “sentido estrito”) é constituído de um conjunto de mecanismos, pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência (pelo aparato policial e militar, sistema administrativo e judiciário). Também, entendida como ditadura, ou aparelho de coerção para adequar a massa popular (as subalternas) a um tipo de produção e à economia⁶ de um dado momento. (COUTINHO, 1981, p. 91).

Segundo Portelli (1977, p. 31), a sociedade política utiliza-se do momento de coerção em duas situações:

Uma habitual, que consiste no controle dos grupos sociais que não “consentem” na direção da classe fundamental: esses grupos – as classes subalternas – entram em contradição com a classe dirigente em certo grau da evolução das relações sociais e econômicas. Esta utiliza, pois, a coerção mais ou menos “legal” para manter a sua dominação;
A segunda situação é mais excepcional e temporária, na medida em que trata dos períodos de crise orgânica: a classe dirigente perde o controle da sociedade civil e apoia-se na sociedade política para lograr manter sua dominação.

⁴ Para Portelli (1977, p. 22) a Sociedade Civil pode ser considerada ideologicamente em três aspectos complementares: 1) como ideologia da classe dirigente (abrangendo todos os ramos da arte, da ciência, economia, etc.); 2) como concepção de mundo (difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos); 3) como direção ideológica da sociedade (que se articula em três níveis: a ideologia propriamente dita, a estrutura ideológica (as organizações que criam e difundem) e o material ideológico (instrumentos técnicos de difusão como sistema escolar, bibliotecas).

⁵ Para Gramsci, mesmo o Estado, se apresentando aparentemente neutro, ele está comprometido com a classe que dele se apropriou no fortalecimento de sua hegemonia na sociedade civil, tornando-a “conteúdo ético” do Estado (SEMERARO, 2006, p. 165). E o Estado se torna “ético”, “na medida em que uma de suas funções importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes”. (GRAMSCI, 2002c, p. 284).

⁶ Segundo Coutinho (1981, p. 74), em Gramsci a “Economia” aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais, mas suas próprias relações sociais.

A função estatal de consenso, de direção social e de hegemonia só pode acontecer na esfera da sociedade civil. É nela que se encontra espaço de diferentes interesses e projeto societário, os quais se confrontam na preservação da hegemonia. Como afirma Montaño e Duriguetto (2011, p. 45), “a esfera da sociedade civil é a esfera das mediações de exercício da dominação de classe pelo exercício do consentimento”. Assim, a dinâmica do Estado Ampliado é resultado das relações de poder entre as classes sociais. Pois a sociedade política exerce o poder e dominação através dos “aparelhos coercitivos de Estado”; já na sociedade civil isso acontece por intermédio da relação dos “aparelhos privados de hegemonia” ou organismos sociais coletivos voluntários que se desenvolvem pela direção política e pelo consenso. Segundo Coutinho (1981, p. 92), tanto a Sociedade política quanto a sociedade civil, “servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental”. Para Gramsci (1981, p. 197-198), “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados”⁷.

O Estado Ampliado em Gramsci é um processo, um movimento de várias formas de organização e conflito que acontecem na vida social. Como afirma Semeraro (2006, p. 166), “Sociedade Política e Sociedade civil deve ser preservada em uma relação dialética feita de interdependência, tensão e relativa autonomia”. E esta relação dialética, este espaço conflituoso (na sociedade civil, terreno das lutas de classes através do crescimento dos aparelhos privados de hegemonia), a correlação de forças⁸ é um fator determinante para o consentimento de uma classe social sobre a outra. Sociedade Civil e Sociedade Política são as duas expressões fundamentais contidas na fórmula gramsciana de Estado (força+hegemonia). (NOSELLA e AZEVEDO, 2009, p. 30).

Este processo de tomada e de conquista de uma classe social sobre as outras, Gramsci a chamou de “Guerra de Posição” ou Guerra de Movimento. Neste momento histórico o conceito de “hegemonia”, como direção intelectual e moral, ganha relevância para a troca de

⁷ Segundo Coutinho (1981, p. 94), nesta passagem, Gramsci demonstra claramente, a partir da relação conflituosa dos interesses entre as classes sociais, que a “supremacia” aparece como o momento sintético que unifica a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura.

⁸ Gramsci no *Caderno do Cárcere* identifica 3 (três) momentos de correlação de força, ou Relação de força. No primeiro momento “uma ‘relação de forças social ligada à estrutura’, objetiva, independente da vontade dos homens, com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção”, tendo um grupo social representando e ocupando uma determinada posição neste desenvolvimento. No segundo momento uma “relação de forças políticas”, com momentos distintos de consciência política de acordo com o “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organicidade alcançando pelos vários grupos sociais”. No último a “relação de forças militares” “um exemplo desta relação é a opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar sua independência estatal”. (GRAMSCI, 2002c, p. 40-43).

posição e espaços entre classes sociais, à direção político ideológica da sociedade civil e do poder do Estado. Neste movimento de espaço social, o aparato estatal, é utilizado para prevalecer e expandir os interesses da classe dominante.

Por isso, a Teoria Ampliada do Estado em Gramsci, está fundamentada na descoberta dos “aparelhos privados de hegemonia”. E hegemonia, não é somente dominação, ela expressa a direção e o consentimento ideológico (concepção de mundo) que uma classe social consegue impor sobre a outra. Assim, “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (COUTINHO, 1981, p. 91-93). Ou como Nosella e Azevedo (2009, p. 29) ponderaram, “o Estado não se impõe somente pela força, mas também pela ideologia e pela cultura, fenômenos sociais que, em grande medida, têm a escola e a educação como vetores”.

Na relação conflituosa entre a sociedade política e sociedade civil, dividida antagonicamente em classes sociais, uma ou mais pessoas se organizam na busca pela direção e pelo consentimento do poder sobre outras, constituindo uma classe hegemônica. As pessoas “prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo”. (GRAMSCI, 2002c, p. 253).

3.1 A “CATARSE” E OS “INTELECTUAIS ORGÂNICOS”

Catarse é um termo grego (*kátharsis*) e significa “purificação”. Gramsci a coloca como uma passagem, onde adquirimos instrumentos e conhecimentos históricos necessários, nos tornando participantes e conscientes sobre a “práxis” e da realidade. Sobre esse momento catártico, Gramsci escreve no *Caderno do Cárcere*:

Pode-se empregar o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. (GRAMSCI, 1981, p. 69).

Para Coutinho (1981, p. 71), a estrutura e a economia forçam a classe social a uma consciência particularista, entendidas como esferas de manipulação e de recepção passiva. Por isso, a catarse é o momento ético-político de passagem, de consciência particular para a consciência universal de participação. É um salto entre o determinismo econômico, onde uma classe supera seus interesses econômicos para a liberdade política. Ou seja, a classe deixa a

dimensão da “necessidade” (economia), para a dimensão da “liberdade” (consciência universal). Em outras palavras: “é o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para se tornar sujeito consciente da história” (COUTINHO 1981, p. 71). Temos assim o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” a “classe para si”.

Segundo Nosella (2010, p. 176), a problemática filosófica de Gramsci está fundamentado na tese marxiana da unidade entre economia e política. Ele desenvolve suas reflexões procurando a unitariedade ou a organicidade histórica entre liberdade e necessidade. Gramsci constrói a unitariedade a partir do elemento produtivo de cada dicotomia. A política e a liberdade se forjam no sólido terreno da economia e da necessidade. O teorema, segundo Nosella (2010, p. 176) é: “a necessidade (mercado) regularizada, racionalizada, representada por uma economia programática (planejada), produz uma determinada liberdade histórica”. O autor alerta que, se na fase da sociedade de classe a necessidade e a liberdade forem dicotomizadas pela força, pela violência e não encontram sua organicidade; cabe ao “processo político educativo torná-los orgânicos e unitários de tal forma que a necessidade seja humana e racional e a liberdade concreta e objetiva”. (NOSELA, 2010, p. 176-179).

No momento catártico gramsciano, eleva-se a um processo de formação de uma contra hegemonia. Pressupõe-se que o princípio de funcionamento da hegemonia é impor uma concepção ou visão de mundo de uma classe social sobre as outras, para implantar os seus interesses e suas necessidades. Na sociedade capitalista dividida em classes sociais, é a predominância ideológica das classes dominantes sobre as outras classes populares, que deveriam constituir a contra hegemonia. Para esta construção, é preciso uma intensa preparação ideológica das massas populares, na tentativa de constituir uma nova concepção de mundo e de se pensar, ou seja, é necessária uma reforma “intelectual e moral”⁹.

Este processo contra hegemônico necessita organicidade dos interesses políticos e ideológicos das classes populares. Para isso, Gramsci atribui aos “intelectuais orgânicos”¹⁰ a

⁹ Neste sentido, a hegemonia, como “direção intelectual e moral”, incorpora uma dimensão educativa, na medida em que a formação de uma consciência crítica é um dos alicerces de uma ação política que procura conquistar hegemonia (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2001, p. 48). Segundo Portelli (1977, p. 19), Gramsci retorna frequentemente nos Quaderni (*Cadernos do Cárcere*), ao conceito de sociedade civil, para definir “a direção intelectual e moral” de um sistema social.

¹⁰ Gramsci sinaliza que todos podem ser intelectuais, e elabora uma extensa reflexão sobre os intelectuais, aprofundando as ideias marxistas e “constrói um conceito de intelectual que, sem apagar a função “cerebral” ou erudita, é redefinido a partir da constatação de que todos os homens são intelectuais, pois mesmo os trabalhos físicos mais mecânicos exigem um mínimo de atividade intelectual criadora”. Para Gramsci, não é somente nas classes subalternas que encontramos os Intelectuais, ele aponta também intelectuais na sociedade capitalista ocidental, ou seja, na cultura e da hegemonia das classes dominantes, como organizadores do processo produtivo. Eles cumprem a função social, “que liga ao processo de produção da existência (no sentido mais imediato da produção econômica), mas também à reprodução do conjunto das formas de ser adequadas a essa produção”. (MENDONÇA, 2012, p. 352).

responsabilidade do trabalho de preparação ideológica das classes subalternas na construção e conservação da hegemonia, atuando nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Para Nosella e Azevedo (2009, p. 30), os “intelectuais, em seus vários níveis de atuação e de prestígio, têm papel crucial na formação do consenso, pois eles são criadores, mediadores e multiplicadores da opinião pública”.

Gramsci enfatizou a questão da formação dos intelectuais. Eles são considerados ‘funcionários’ da sociedade civil e os articuladores da direção cultural (hegemonia). Por isso ele valoriza todas as instituições ou escolas (formais e informais) formadoras da sociedade civil, como escolas dos cárceres, das famílias, dos partidos políticos, dos sindicatos, etc.¹¹ (NOSELLA, 2010, p. 141).

Na pergunta se os intelectuais orgânicos fazem parte de um grupo autônomo e independente, Gramsci responde que eles não são concebidos como uma classe independente. Eles fazem parte de um grupo social, que os atrai na incumbência de elaboração e difusão de valores e de ideologias de sua classe. Para o autor todo grupo social, cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas no social e político. (GRAMSCI, 2002b, p. 15).

Os intelectuais orgânicos devem estar em constante movimento de persuasão, para que possam favorecer na construção da vontade coletiva do grupo ou da classe hegemônica. Desse modo a “ação contra hegemônica, exige como seu pressuposto material-organizativo, uma práxis política consciente, coletiva e articulada das classes subalternas”¹² (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 49). Tendo a incumbência de fundamentar e sustentar as classes subalternas, construindo um novo sistema ideológico para dar direção social, intelectual e cultural sobre a outra classe, a dominante, mesmo antes de tomar o poder estatal. Como Gramsci retrata nos *Cadernos do Cárcere*:

Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (*Estado*) (é essa uma das condições principais para a

¹¹ Gramsci tinha esta preocupação na formação de novos educadores/intelectuais. Assim Ele descreve numa das *Cartas do Cárcere* (161), datada de 11/08/1930 e endereçada para sua mulher: “tenho a impressão de que as antigas gerações tinham renunciado a educar as gerações novas e de que estas cometem o mesmo erro; a falha clamorosa das velhas gerações reproduz-se tal e qual na geração que agora parece dominar. Penso um pouco no que te escrevo e reflete se não será necessário educar os educadores”. (MANACORDA apud, 1990, p. 82).

¹² Gruppi (1978, p. 04-05) identifica esta ação contra hegemônica da classe subalterna como a “hegemonia do proletariado”. Para ele a hegemonia é a capacidade de direção de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário. A hegemonia, como direção política, moral, cultura e ideológica do proletariado realizam-se na sociedade civil, que transforma a sociedade e que transforma o modo de pensar, ou seja, uma reforma das consciências.

própria conquista do poder); depois, exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (sem grifos no original). (GRAMSCI, 1981, p. 198).

Gramsci problematiza que ser somente dirigente na sociedade civil, não implica na completa realização política. Isso somente acontece com a tomada da direção política e ideológica, onde as classes subalternas atingem sua unificação, tornando-se Sociedade Política/Estado, e cria um novo “Bloco Histórico”, construído e representado pelos intelectuais orgânicos em oposição aos intelectuais que representam o antigo bloco histórico (o da classe dominante). Segundo Portelli (1977, p. 16), “é no quadro da análise do bloco histórico que Gramsci estuda como se desagrega a hegemonia da classe dirigente, edifica-se um novo sistema hegemônico e cria-se, pois, um novo bloco histórico”.

3.2 BLOCO HISTÓRICO

Gramsci entende por “Bloco Histórico”, uma classe dominante/dirigente de uma determinada sociedade, ou época. Este bloco é constituído pela relação entre estrutura (econômica–social) e superestrutura (ético–política). Como ele mesmo fala no *Caderno do Cárcere*. “Conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (GRAMSCI, 2002c, p. 26). Pode-se assim, conceber o bloco histórico numa relação de movimento, de dialética (“unidade dos contrários e dos distintos”), entre a estrutura e superestrutura.

Este movimento no Bloco Histórico encontra-se nas “relações sociais capitalistas”, onde a força, o desenvolvimento e expansão hegemônica emergem das relações sociais de produção, da estrutura (da sociedade civil); que é exercida pela superestrutura (a sociedade política). Exercendo assim, a dominação da classe dominante pelos instrumentos de coerção e consenso para com as classes populares, as subalternas. “Se os homens tomam consciência de sua posição social e de suas tarefas no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital”. (GRAMSCI, 2002a, p. 369).

Para compreender o conceito de Bloco Histórico o aspecto essencial reside nos estudos das relações entre estrutura e superestrutura. Segundo Portelli (1977, p. 47), para formar um Bloco Histórico, é necessário que,

A estrutura e a superestrutura desse bloco estejam ligadas organicamente. Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de

desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais.

Esta ligação orgânica em Gramsci corresponde a uma organicidade social de uma “determinada” sociedade. Constituída de estrutura (que dependem da relação com as forças produtivas) e a superestrutura (ideológica e política). A organicidade acontece quando os grupos sociais, ou melhor, os Intelectuais Orgânicos atuam e operam não no nível estrutural (econômica) e sim na superestrutura (ideológica, jurídica e política). É dessa maneira que aparece a articulação interna de um bloco histórico. (PORTELLI, 1977, p. 15).

O bloco histórico deve “ser considerado como o ponto de partida de uma análise: a análise da maneira como um sistema de valores culturais (Gramsci chama de Ideologia) impregna, penetra, socializa e integra um sistema social” (PORTELLI, 1977, p. 15). Este “organismo” social se desenvolve, quando é pensado um sistema hegemônico, pela classe dos intelectuais.

Sem diminuir o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci estabelece uma dialética entre sociedade civil e sociedade política e traça uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos capazes de construir o “bloco histórico”. Nesta relação, no entanto, o que deve emergir é sempre a promoção sociopolítica das massas, o desenvolvimento dos valores da liberdade, da responsabilidade e da capacidade dirigente das classes trabalhadoras. (SEMERARO, 1997).

Este poder organizativo das classes populares/subalternas devem se contrapor ao sistema hegemônico de dominação e de exploração da classe dominante, ou seja, da burguesia que consegue historicamente, através da elaboração de ideologias, ou como Gramsci afirmada dos aparelhos privados de hegemonia, perpetuar em seu domínio a direção social, econômica, intelectual e principalmente da política (do poder estatal).

Nesse processo, historicamente o Estado Moderno Capitalista, por expressão dos grupos dominantes, marca a longa história por lutas e revoluções de operários e trabalhadores. As pressões, as reivindicações e os levantes destas classes, não são apenas a busca por direitos. Elas revelam a face contraditória do Estado Capitalista, um Estado formado por uma sociedade antagonicamente dividida em classes sociais.

Gramsci deixa o grande desafio para as classes populares/subalternas, representantes da sociedade civil, são elas as responsáveis em construir uma nova concepção de Estado, sem usar da violência, da dominação e da coerção. E esta concepção nasce a partir da hegemonia

política e cultura da democracia popular. Nosella e Azevedo (2009, p. 31) identificam alguns meios de hegemonia, como:

A comunicação entre os sujeitos, a reflexão, a persuasão, a cultura, a ideologia, os sindicatos, as associações, as ONGs (Organizações Não-Governamentais), as religiões, as escolas, etc., são meios e continentes de hegemonia. As instituições da sociedade civil comportam um conjunto de instrumentos e símbolos capazes de interferir na direção da sociedade nacional.

Gramsci concebeu esta nova concepção de Estado, a partir do desaparecimento da dominação e da coerção, promovendo o surgimento da “sociedade regulada”. Para ele o poder da democracia popular desenvolve “relações pedagógicas” que “favorecem a “reabsorção da sociedade política na sociedade civil” e que acabam dissolvendo o “Estado-coerção” à medida que se afirmam elementos cada vez mais consistentes de sociedade regulada.

Para Semeraro (2006, p. 169), nesta visão o Estado não desaparece, “mas deixa de ser aparelho repressor, centralizador e totalitário para tornar-se projeto ético-político construído continuamente pelas dinâmicas da democracia popular e suas capacidades político-pedagógicas”. Nesta sociedade regulada, pela classe popular, seria uma sociedade mais consciente e democrática.

Gramsci concebe a Sociedade Regulada para combater a “inércia” e a centralização do poder estatal da classe dominante, o da burguesia. Por isso, pensar outra forma de Governo e de poder estatal onde a classe popular seja hegemônica, é ao mesmo tempo extinguir e o Estado burguês autoritário. Como ele mesmo assinala no *Caderno do Cárcere*: “que se lute para destruir um conformismo autoritário, tornado retrógado e embaraçoso” (GRAMSCI, 2002c). Em outro momento do Caderno, ele escreve: “o grupo social que propõe o fim do Estado e de si mesmo [...] pode criar um estado ético, tendendo a eliminar as divisões internas dos dominados, etc., e a criar um organismo social unitário técnico-moral”. (GRAMSCI, 2002c, p. 289-290 e 285).

Gramsci deixou um legado para compreendermos a concepção e o funcionamento do Estado Moderno. Mas, não se restringe somente a isso, também analisou e aprofundou em vários escritos sobre a educação, sendo estudado e referenciado por vários autores e teorias pedagógicas, como a Pedagogia Histórico-Crítica.

4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO EM ANTONIO GRAMSCI

O caminho que a educação escolar deve trilhar é a construção de uma sociedade humanista, democrática e de liberdade. Que possa desenvolver a criatividade, a consciência crítica e ao espírito coletivo. Nos escritos de Gramsci, a educação escolar é considerada um instrumento de difusão e elaboração das ideias e das práticas do sistema hegemônico da classe burguesa, que a utiliza como veículo de conservação e consenso ao projeto societário burguês. Gramsci acreditava na transformação da sociedade, por meio da educação e cultura. Espaços que causam efeito de mudança, por serem espaços de formação massiva, informação, reflexão e construção do consenso na sociedade. (NOSELLA e AZEVEDO, 2009, p. 26).

Gramsci (2002b, p. 32) identificou que o projeto burguês, que controla o Estado tende a educar seus alunos dentro do sistema hegemônico das relações produtivas. Para ele, na sociedade moderna as atividades práticas tornaram-se muito complexas em decorrência a nova organização do trabalho industrial. Por isso, cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas. Conseqüentemente, cria intelectuais para este grupo social hegemônico através do sistema de escolas particulares¹³ de diferentes níveis e de vários ramos profissionais ou para profissões.

Ao analisar a dinâmica de uma política da sociedade moderna industrial, Gramsci percebe que cada vez mais, a educação dos jovens e dos trabalhadores estava sendo confiada ao Estado e as instituições privadas. Em vista disso, pensou e defendeu uma “Escola Unitária”, longe de uma concepção burguesa de educação dividida em classes.

Nos *Caderno do Cárcere* ele identificou a formação política de divisão fundamental entre escolas e também a crise que passava a escola tradicional. Crise esta em consequência das inovações escolares profissionalizantes do processo organizativo industrial¹⁴, que esta interessada tecnicamente e ideologicamente para seus interesses. Para Gramsci (2002b, p. 32),

Pode-se dizer, aliás que a crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem

¹³ No *Caderno do Cárcere*, Gramsci sinaliza uma das soluções para que a formação das futuras gerações deixasse ser privada. Para ele o Estado deveria assumir as despesas da “Escola Unitária”, que eram pagas pelas famílias. “Requer que seja completamente transformando o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função da educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas”. (GRAMSCI, 2002b, p. 36).

¹⁴ Gramsci não é contra a modernização industrial. Segundo Nosella (2010, p. 166), Gramsci sempre esteve voltado a defender a modernização industrial, mas compreende e defende o surgimento de um novo tipo de escola mais orgânica ao mundo industrial.

estudado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais [...]. A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais¹⁵.

A escola segundo Gramsci, assenta-se na dualidade escolar, com a existência de dois tipos de escola, uma desinteressada-do-trabalho, para a elite, com programa humanista e de cultura universal para aqueles que não precisam se submeter ao imediatismo do mercado profissional; e a escola interessada-do-trabalho, programa profissionalizante com um pragmático e pobre currículo, destinada à parcela majoritária da população, com intenção de formar jovens para o imediatismo do mercado, sem preocupação com os valores universais. (NOSELLA E AZEVEDO, 2009, p. 27).

Gramsci analisa as escolas da sociedade urbana industrial, onde o aparelho estatal é um instrumento hegemônico da classe burguesa, que tende a organizar a escola dentro de uma concepção de sociedade e de mundo dentro deste sistema hegemônico. Assim, a escola dentro do Estado burguês é uma instituição social para formar intelectuais que possam reproduzir as relações capitalistas de produção.

Gramsci percebeu este jogo de interesse no Estado Italiano, por isso o criticou fortemente, por defender uma escola com uma prática profissional aliada às relações produtivas. Para ele o Estado Italiano sempre foi dualista e elitista, criando escolas para a classe burguesa, de cultura humanista; e outra escola para os pobres, para os filhos dos trabalhadores. O governo italiano utilizava-se dos alunos com interesse para trabalhar nas oficinas, nas indústrias. “O Estado Italiano sabe produzir, de fato, é a escola do emprego”, nas palavras de Nosella (2010 p. 46). Nosella (2010, p. 71-72) continua,

A escola produz fundamentalmente trabalho intelectual; a fábrica, trabalho material. Ou seja, a organicidade entre fábrica e escola ocorre (deve ocorrer) em nível de método (no sentido mais profundo) e não no nível de técnicas ou de fim imediato. Em outras palavras, a escola se inspira no trabalho industrial moderno como seu princípio pedagógico, não certamente deixando de ser escola (nem parcialmente) e sim se concretizando como uma escola historicamente moderna [...], centrando-se na ideia de efetivar a liberdade concreta e universal do homem.

¹⁵Ao mesmo tempo em que Gramsci (2002b, p. 33-34) identificou esta crise na divisão escolar, também buscou solução, que racionalmente segundo ele deveria seguir esta linha: “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo”.

Este entendimento de Nosella é a “chave” para entender a Escola Unitária. Gramsci concebe o princípio pedagógico da escola, fora dos seus muros. Para o autor, é na relação do trabalho que o homem, os operários, desenvolvem os princípios educativos. A escola não à cria, ela apenas identifica no mundo do trabalho, esclarecendo, organizando e reforçando a compreensão das relações sociais e a organização produtiva do trabalho. Para ele a grande massa de operários, vão a escola não para continuar produzindo os mesmos produtos que eles fazem na fábrica, e sim para entender o processo organizativo do trabalho. “Assim a escola fica escola e a fábrica fica fábrica”, nas palavras de Nosella (2010, p. 72).

Dentro desta visão Gramsci defendeu uma “escola desinteressada do trabalho”. Onde a “escola do trabalho”¹⁶ pudesse formar as massas populares com uma cultura desinteressada, construindo uma cultura de ampla visão, profunda, livre, aberta, universal e de interesse de todos, abrangendo a coletividade. Rejeitando assim, a formação de uma cultura abstrata e burguesa, que apenas ilude e confunde a consciência dos filhos dos trabalhadores. (NOSELLA, 2010, p. 47).

O autor italiano concebe a escola como instrumento na elaboração de intelectuais. Ele parte do princípio que todos os homens são intelectuais, cada um tem ligação com o seu grupo social. A função intelectual de um governo pode ser medida pela quantidade de escola. “Quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado”. (GRAMSCI, 2002b, p. 19).

O problema é que o Estado utiliza-se da escola para formar intelectuais a partir do seu próprio interesse, ou seja, interesse do grupo social dominante. Que busca ampliar e multiplicar através da escola a intelectualidade das pessoas a partir das especializações técnicas e profissionais das atividades práticas. Como Gramsci (2002b, p. 22) analisa no *Caderno do Cárcere*, no mundo moderno, a categoria dos intelectuais, ampliou-se enormemente. Elaboradas pelo “sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais de produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante”. Em outra passagem do *Caderno*, Gramsci (2002b, p. 21) sinaliza que “os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”.

¹⁶ Para Nosella (2010, p. 47), na época, na Itália o debate sobre a escola profissional e a da cultura geral designou-se em uma terminologia, a “escola do trabalho” e “escola do saber desinteressado”. E Gramsci utiliza-as frequentemente em seus escritos, para não correr o risco de ser interpretado equivocadamente, ele as utiliza entre aspas. Em português se contraporía a “interesseiro, mesquinho, individualista, imediatista e oportunista”.

Foi nesta linha que em um dos artigos do jornal Socialista, Gramsci afirmava que os filhos dos trabalhadores/proletariados deveriam ter uma a escola desinteressada.

Uma escola que dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter [...]. Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre-iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade [...]. A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma. (NOSELLA apud GRAMSCI, 2010, p. 50).

O objetivo da escola unitária centraliza a busca por uma escola da liberdade. E esta concretude da escola unitária acontece a partir do trabalho moderno como princípio educativo. Gramsci defendeu “uma escola de liberdade e livre-iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade”. Em Nosella (2010, p. 182), o verdadeiro sentido do princípio pedagógico em Gramsci, está centrado na “ideia da liberdade concreta e universal e historicamente obtida, isto é, na liberdade gestada pelo trabalho industrial e universalizada pela luta política”.

Gramsci defende que o trabalho realizado na indústria é a própria libertação humana. Ou seja, o homem se liberta do reino da necessidade (do trabalho, da economia, da produção) para o reino da liberdade. A necessidade e liberdade são um processo educativo que se tornam unitários e orgânicos, não pode haver separação. Separação que Gramsci concebeu para o processo produtivo no Americanismo e no Fordismo¹⁷.

Portanto, a escola unitária é uma unidade entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial. Mas, não apenas dentro da escola, e sim toda a vida social do homem. “Seu objetivo é a formação dos valores fundamentais do humanismo, isto é, a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessária tanto para os estudos posteriores como para a profissão”. (MANACORDA, 1990, p. 163).

¹⁷ A industrialização moderna e sua organização ocasionaram a separação histórica do homem com sua produção. Foi a separação do trabalho manual, para o trabalho mecanizado em função de facilitar a adaptação do homem ao novo modo de produção industrial capitalista. O modelo do Americanismo e do Fordismo faz esta organização e a rearticulação do mundo produtivo, realizando a separação entre teoria e prática; implicando na esfera da reprodução da vida social. Gramsci (2001d, p. 241), assim define no *Caderno do Cárcere*: “o Americanismo e o Fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática [...]. As forças subalternas, que teriam de ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com as novas metas, necessariamente resistem”.

Nessa perspectiva, conceber uma escola unitária a partir do trabalho, ou melhor, da necessidade industrial como princípio educativo, é pensar uma educação livre, humana, universal e democrática. Nosella (2010, p. 180) citando Gramsci, a escola unitária é justamente “transformar em liberdade o que hoje é necessidade”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de fazermos os apontamentos conclusivos, deixamos claro, que esse trabalho é fruto de um estudo de pesquisa, podendo conter algumas lacunas e aberto para novas discussões e problematizações. Buscou-se apresentar a concepção de Estado e de Educação em Antonio Gramsci, sabendo que não é uma tarefa fácil em poucas linhas esclarecer essas duas concepções de um grande pensador. Mas, acredita-se que objetivo do trabalho tenha sido atingido, afirmando o compromisso de aprofundar mais e um novo estudo de pesquisa.

Sobre a proposta de trabalho, historicamente o Estado Moderno, e partir da análise de Gramsci, surge como um aparato, um instrumento para as classes dominantes usarem para seus próprios benefícios. Seja a partir da coerção ou do consenso, impor sua hegemonia e sua ideologia na sociedade. Como bem expressa Karl Marx na obra **O Manifesto do Partido Comunista**, “*o poder político do Estado Moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa*”.

O Estado reflete, a partir das análises, algo contraditório, mais do que isso, reflete uma sociedade dividida em classes sociais. Onde uma classe dominante, que controla o Estado, ou seja, a Sociedade Política, ou como Gramsci afirma, “governantes” ou “dirigentes” impõe sua hegemonia, ou o seu domínio direto sobre outra classe, a sociedade Civil, os “governados” ou “dirigidos”. Aqui reside a teoria do Estado *Ampliado*, a conjunção de uma *sociedade política*, com função de coerção e a *sociedade civil*, com a função de consenso.

Como superar essa contradição, esse domínio, essa hegemonia? Gramsci aponta que é preciso fazer a contra hegemonia, ou seja, é preciso que a sociedade civil se eleve num momento catártico de formação de mundo, de educação, de cultura, de moral, para construir uma consciência crítica. E para isso, ele delega essa função aos Intelectuais Orgânicos.

Ao afirmar que a sociedade está dividida em classe, Gramsci também constata isso na educação. Mais do que isso, o Estado, que é representado pela classe dominante, a elite, educa os alunos da sociedade civil dentro de um sistema ideológico a partir das relações produtivas. E para os alunos da sociedade política, uma formação universal, específica para os dirigentes, ou como ele afirma uma escola desinteressada do trabalho.

Essa conclusão feita por Gramsci, foi e é reflexo até os dias de hoje. No Brasil, é só vermos as políticas e reformas educacionais impostas pelo governo, onde direcionam os alunos e acadêmicos para o mercado de trabalho, tendo a única e exclusiva preocupação com a formação profissional e não com a formação humana, social, cultural e consciência crítica.

É preciso, como Gramsci propôs, que o trabalho seja um princípio educativo, ou como ele coloca, uma “escola do trabalho”, ou melhor, uma escola desinteressada do trabalho, que pudesse formar as massas populares. Na sua época e como hoje, as pessoas vão para a escola para reproduzir o que acontece no trabalho e não para entender a organicidade e a estrutura da sociedade. Por isso, ele pensa uma “Escola Unitária”, com programa humanista e de cultura universal, uma escola da liberdade, que o trabalho seja um princípio educativo e não uma escola da escravidão e da mecanicidade.

6. REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos N. **Fontes do Pensamento Político de Gramsci**. Vol. 02. Porto Alegre: L&PM, 1981.

DANIELI, João Paulo. **Educação do Campo e Movimentos Sociais no Sudoeste do Paraná**: lutas, redes e alguns apontamentos. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 01. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 02. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. 3ª Ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 04. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001d.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 05. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002e.

GRAMSCI, Antonio. Dos Cadernos do Cárcere (1929-1935). Textos Seleccionados de Gramsci. In: COUTINHO, Carlos N. **Fontes do Pensamento Político de Gramsci**. Vol. 02. Porto Alegre: L&PM, 1981.

GRAMSCI, Antonio. Textos – Coletânea. In: SADER, Emir (Org.). **Gramsci**: poder, política e partido. Trad. Eliana Aguiar. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 144 p.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Trad. William Lagos. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 1990.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 282-286.

MONTÃO, Carlos. DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. Vol. 05. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, L. M. W., SANT'ANA, R. Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, Lucia M. W (Org.). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NOSELLA, Paolo. AZEVEDO, Mário L. N. **A Educação em Gramsci**. Maringá: EDUEM, 2009.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, Giovanni. A “utopia” do Estado Ético em Gramsci e nos movimentos populares. Revista de Educação Pública, Vol. 20. Nº 44, 2011a.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci Educador de “relações hegemônicas”. Revista Educação, Cultura e Sociedade, Vol. 01, nº 01, p. 143-156, fev./jun. de 2011b.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 2ª edição. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Sociedade de massas, sociedade civil e subjetividade**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=322>. Acesso: 08 de julho de 2013. Rio de Janeiro, 1997.